



**MPV 1040
00331**

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 15, de 2021)

EMENDA

Acrescente-se ao art. 44 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021, proveniente da Medida Provisória nº 1.040, de 2021, as seguintes alterações à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil:

“**Art. 44.**

.....

Art. 174-A. Os tribunais poderão integrar seus sistemas de automação da justiça com os de autocomposição do consumidor.gov.br, além de outros entes públicos e privados integrantes da Política Judiciária Nacional de tratamento de conflitos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Art. 174-B. A integração permitirá a inclusão, na página de distribuição eletrônica de processos dos tribunais, de um campo para indicação do número de protocolo de reclamação ou tentativa de autocomposição prévia realizado pelo autor junto aos entes referidos no art. 174-A.

Art. 174-C. Caso inexista número de protocolo, o processo verse sobre direito patrimonial disponível e pelo menos um réu esteja cadastrado em um dos sistemas, a distribuição eletrônica do processo gerará de forma automática uma reclamação ao consumidor.gov.br ou, eventualmente, a outro sistema mencionados no art. 174-A.

§ 1º O sistema de autocomposição gerará automática resposta ao órgão judicial, sobre a instauração e andamento do procedimento tendente à conciliação.



SF/21381.00421-10



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

§ 2º Enquanto não noticiado ao órgão judicial o desfecho do procedimento instaurado na forma do art. 174-C, não será expedido mandado de citação, observado o prazo máximo de trinta dias e ressalvada a possibilidade de intimação sobre a concessão de tutelas de urgência ou evidência.

§ 3º O recebimento da reclamação e eventual resposta pelo réu através do sistema de autocomposição não caracterizará ciência para fins de citação, intimação de decisões interlocutórias ou início de contagem de qualquer prazo processual.

Art. 174-D. Noticiada a transação pelo sistema integrado, mas não trazida aos autos, o processo será extinto sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, ficando o autor dispensado do pagamento de custas remanescentes e honorários advocatícios, caso ocorra transação pelo sistema de autocomposição antes da citação.

§ 1º A transação trazida aos autos por qualquer das partes será homologada e o processo será extinto na forma do art. 487, III.

§ 2º Se não houver notícia de transação, o processo prosseguirá normalmente, dispensada a realização da audiência de que trata o art. 334.

Art. 174-E. Quando da quantificação de indenização por dano moral, o juiz deverá levar em conta, além dos precedentes relativos à matéria, o comportamento das partes em relação à prévia tentativa de autocomposição.

”

JUSTIFICAÇÃO

Um sistema judiciário condizente com as demandas da sociedade da informação do século XXI, que reclama, ao mesmo tempo, transparência, cidadania, conectividade, rapidez e acessibilidade, depende de estratégias criativas baseadas no uso intensivo de tecnologia no processo judicial.



SF/21381.00421-10



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Por seu custo baixo, transparência e efetividade, reformas baseadas na integração de sistemas de tecnologia e uso de dados são mais propensas a cumprir com os objetivos de conjugar cidadania e racionalidade na prestação jurisdicional do que reformas tradicionais, baseadas em alterações legislativas inertes e conceitos processuais abstratos.

Como forma de incentivar as partes à autocomposição sem prejudicar as garantias constitucionais de acesso à justiça, a solução aqui proposta está baseada na integração dos sistemas de automação da justiça com os sistemas de autocomposição existentes no governo (consumidor.gov.br) e na sociedade. A ideia é utilizar potencial tecnológico já instalado no judiciário sem modificar ou interferir em institutos processuais consolidados na doutrina. São mudanças simples, porém com elevado potencial transformador.

A solução propõe a utilização dos dados das ações judiciais que tratem de direitos patrimoniais disponíveis para movimentar plataformas de autocomposição. Com a distribuição do processo eletrônico com certas características (direito patrimonial disponível, direito do consumidor, cadastro prévio do réu no sistema de autocomposição), os sistemas de automação da justiça gerariam reclamação perante os sistemas de autocomposição (como, por exemplo, o consumidor.gov.br).

Através desse convite automático ao acordo amigável (referido como *nudge* na literatura econômica e jurídica especializada), o sistema incentivaria as partes a convergirem em uma solução alternativa antes da formação da relação processual. Caso o autor já tenha tentado a autocomposição através de sistema eletrônico, basta incluir o número do protocolo na página de distribuição eletrônica para que o sistema de automação da justiça não dispare uma nova declamação.

Essa solução foi originalmente formulada em estudo encomendado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ à Associação Brasileira de Jurimetria – ABJ em 2017.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

A solução também está alinhada com os propósitos do CNJ e do Poder Judiciário, em especial a Resolução nº 125 do CNJ. Afirma a Resolução, ao instituir a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses (para assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade), que:

“cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a organizar, em âmbito nacional, não somente os serviços prestados nos processos judiciais, como também os que possam sê-lo mediante outros mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a mediação e a conciliação”.

Os sistemas de autocomposição apresentam elevada assertividade na promoção de transações em um prazo reduzido. O consumidor.gov.br, por exemplo, promove acordos em 78.25% das reclamações (segundo dados do próprio site), com um tempo médio de resposta de menos de 7 dias; resultado excelente quando comparado ao Poder Judiciário, que concilia em ações de conhecimento na 1ª instância em torno de 17% (Relatório Justiça em Números 2019 do CNJ, p. 142).

Como os sistemas são automatizados, seu funcionamento é virtual e sua implantação independe da contratação de contingente pessoal especializado fixo e da utilização de espaço físico, a integração pode ser implementada em nível nacional com o apoio do CNJ, a um custo extremamente reduzido e em curtíssimo prazo curto.

Além disso, mantido um desempenho próximo ao observado na provocação espontânea pelos seus usuários, os sistemas de autocomposição poderiam absorver e resolver parte substancial das demandas da justiça.

Em um exercício simples de cálculo, ainda que o nível de assertividade em acordos caia pela metade (considerando a menor propensão à autocomposição de quem entra direto na justiça), a integração do judiciário



SF/21381.00421-10



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

com o sistema consumidor.gov.br no modelo proposto, por exemplo, poderia resolver extrajudicialmente mais de 700 mil ações por ano, sem custos adicionais e com significativa redução da carga de trabalho dos juízes e servidores.

Para que a integração de sistemas não prejudique o exercício do direito de ação pelos autores, o funcionamento do sistema não foi concebido como uma condição da ação, nem implica na suspensão do processo. Sua movimentação, inclusive, é automatizada e, portanto, independe de decisão judicial, estando o autor desobrigado de responder ou interagir com o réu fora do processo.

Da mesma forma, para garantir o direito à ampla defesa do réu, o recebimento da reclamação e a resposta por via eletrônica não caracteriza citação ou intimação para qualquer fim, em especial para fixação de termo inicial para contagem de prazos processuais.

Para incentivar a autocomposição extraprocessual, a proposta traz, ainda, a criação de incentivos para os dois polos processuais.

Primeiro, a autocomposição antes da citação equivale a uma desistência do processo, porém o autor não será responsabilizado por honorários ou custas processuais.

Segundo, a proposta estabelece que o prévio cadastro do réu no sistema de autocomposição, que não é obrigatório, e a apresentação de resposta, além de outras condutas tendentes a auxiliar a composição, deverão ser considerados pelo juiz em benefício do réu no caso de condenação por danos morais.

Terceiro, os autores são incentivados a utilizar as vias eletrônicas de autocomposição por meio da apresentação de número de protocolo no ato da distribuição, o que também deverá ser tomado em consideração pelo juiz no momento de fixação de condenação em eventual dano moral.



SF/21381.00421-10



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Diante do exposto, sobretudo em razão do momento vivido, apresento esta emenda ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2021.

Senado Federal, 14 de julho de 2021.

Senadora **SORAYA THRONICKE**
PSL/MS



SF/21381.00421-10